



Futuro promissor¹

Especialistas de diferentes áreas sugerem ações para reduzir os impactos ambientais

O que fazer para atenuar os problemas que surgirão devido às mudanças climáticas? Esse foi o tema da mesa-redonda que encerrou o Simpósio **Mudanças Climáticas Globais e Responsabilidade Social**. Após três dias de intensos debates e reflexões, foram sugeridas ações distintas, ainda que complementares, por Gabriela Tunes, consultora legislativa da Câmara Distrital de Brasília; Flávio Giovanetti de Albuquerque, diretor do Curso de Mestrado e Doutorado em Gestão Ambiental da Universidade Católica de Brasília, Genebaldo Freire Dias, professor e gestor do Programa de Educação Ambiental da Universidade Católica de Brasília e Celso Salatino Schenkel, coordenador de Ciências e Meio-Ambiente da Unesco no Brasil.

Dentre as várias ações sugeridas, destacam-se as relativas à tomada de uma postura ética frente às questões relativas ao meio ambiente; gestão eficaz dos problemas por parte de políticos e demais autoridades ligadas à área; mudanças no âmbito educacional, além da criação de formas mais eficazes de cooperação internacional. São ações chamadas de mitigadoras e que indicam o ato de reduzir impactos ambientais.

¹ Texto feito a partir da mesa redonda Mitigações, da qual participaram Gabriela Tunes (Consultora Legislativa da Câmara Distrital de Brasília), Flávio Giovanetti de Albuquerque (Diretor do Curso de Mestrado e Doutorado em Gestão Ambiental da Universidade Católica de Brasília), Genebaldo Freire Dias (professor e Gestor do programa de Educação Ambiental da Universidade Católica de Brasília) e Celso Salatino Schenkel (Coordenador de Ciências e Meio-Ambiente da Unesco no Brasil), durante o Simpósio Mudanças Climáticas Globais e Responsabilidade Social, realizado na Universidade Católica de Brasília.



Responsabilidade sobre a vida

Na opinião de Gabriela Tunes, uma questão crucial que o ser humano precisa enfrentar é a responsabilidade que ele tem perante a vida. E, para assumir essa responsabilidade, é necessário dar ouvido ao medo, pois é ele que irá despertar a consciência para o que o conhecimento técnico acumulado é capaz de ocasionar. A responsabilidade também pressupõe humildade, que não é aquela relativa à pequenez humana diante do universo e, sim, da grandeza do poder de intervenção em relação à incapacidade de prever as conseqüências da intervenção indiscriminada na biosfera. Segundo a consultora da Câmara Distrital, “nós podemos mais do que nos julgamos capazes”.

Tunes também discutiu questões de âmbito político. A palestrante citou o filósofo Hans Jonas, o qual alertou sobre a dificuldade de se definir, em um regime democrático, eleito pelo povo, quem representaria a geração futura. “Será uma ONG? O Terceiro setor? alguém que se preocupa com isso pode ser considerado um representante legítimo de quem ainda nem existe?”. Segundo avalia Tunes, não há representantes para tal seguimento, por isso é necessária uma postura ética, já que ela é o limite auto-imposto de nossa ação e não o fruto de uma negociação, como no caso de um governo representativo.

Prosseguindo o diálogo com a filosofia, Tunes citou Emmanuel Lévinas, pensador francês, autor de **Totalidade e Infinito**. “Lévinas afirma que a ética é uma experiência de limites e que ela é uma auto-limitação da liberdade. Aceitar o limite não é eliminar a liberdade, pois a liberdade não é ausência de limites. Na raiz dos problemas da moderna tecnologia existe a preten-

são de se eliminar todos os limites”, observou. Na questão relativa às relações internacionais, a consultora também lembrou Lévinas para afirmar que “o primado do outro sobre mim é eu fazer pelo outro, mesmo que haja prejuízo para mim. O princípio válido neste âmbito não é o da reciprocidade e, sim, o da generosidade. Dessa forma, o autor desautoriza os princípios neoliberais, que colocam o homem como ser competitivo, sempre em busca de ganhar vantagem sobre o outro”.

Tunes reafirmou suas idéias citando outra filósofa, Simone Weil, para quem, em primeiro lugar, vem o dever e depois o direito. A conclusão da expositora foi que há uma assimetria ética entre a nossa geração e a geração futura, cuja existência dependerá de nossas decisões. Isso, para ela, aumenta enormemente nossa responsabilidade, da qual não podemos nos eximir. Desse modo, tal responsabilidade é o principal imperativo ético de nosso tempo.

Educar para a percepção

Na avaliação de Genebaldo Freire Dias, o caminho para enfrentar os desafios e para eliminar os desmandos ambientais na área política é a modificação da educação. Segundo o professor, “a educação que recebemos foi alienadora e castradora, pois tornou-nos consumidores úteis, com a capacidade crítica reduzida. A educação formal negligencia o essencial, a ampliação da percepção”.

A percepção que Dias defende é aquela que inclui a capacidade de enxergarmos além do imediato e de saber que somos uma população confinada na esfera de uma superfície com limites físicos e também com limites de capacidade de sustentação. Entretanto, segundo ele, a educação que

recebemos legou-nos como princípio o dever de dominarmos a natureza. “Que pretensão estúpida essa”, ironizou Dias. Para ele, as forças que estão aí estão além da nossa capacidade de percepção. Ainda segundo o professor, não estamos aqui para dominar coisa alguma e, sim, para aprender, compartilhar de uma teia, evoluir.

Ao comentar um vídeo realizado por um grupo de ex-alunos – o qual mostra a rotina diária de uma grande cidade, por meio de imagens que captam um oceano de carros, deslocando-se em uma mesma direção pela manhã, e na direção contrária, no final da tarde, conduzidas por pessoas estressadas e cansadas, movidas pela ambição maior de ganhar dinheiro – Dias pergunta: “Será que a gente veio para a Terra para viver uma experiência tão sem sal, tão previsível, tão repetitiva, tão sem cor? Será que este estilo de vida é o que nós queremos? Será que ninguém percebe que é este estilo de vida que nos conduziu à situação que vivenciamos hoje?”.

Desafios e oportunidades

Segundo avalia Dias, as mudanças climáticas significam um desafio e também a oportunidade para que a humanidade tome outro caminho. “Como cientista”, argumenta, “vejo uma grande bondade por parte dos sistemas vivos. Vamos aprender. Nós temos criatividade e foi a nossa geração que criou leis ambientais, que criou a tecnologia ambiental, que criou as instituições ambientais”. O professor observa que a consciência ecológica espalhou-se pelo mundo, tanto que, segundo ele, “não se usa mais o jargão: pense globalmente, aja localmente. Recomenda-se pensar cosmicamente e agir globalmente e localmente”.

Ao pensar sobre a realidade local, Dias observou que o Distrito Federal



Trânsito e estresse integram a rotina diária de uma grande cidade

tem apenas 5.800 quilômetros quadrados e uma população de dois milhões de habitantes, além de mais dois milhões em seu entorno. Para que se tenha uma idéia da relação perigosa que se estabeleceu entre espaço por habitante- enfatiza ele- saibam que o estado de Sergipe tem 22 mil quilômetros quadrados e apenas um milhão de habitantes.. “Então, vejam, são quatro milhões de bocas vivendo em um espaço ínfimo, com recursos limitados. Então, é preciso considerar que a vulnerabilidade do Distrito Federal é crítica e agrava-se ainda mais, devido ao altíssimo padrão de consumo da população”, enfatizou o professor.

Para resolver os problemas locais, Dias afirma que é preciso priorizar

os mais urgentes, dentre os quais ele destaca: melhoria do transporte público, baseado em tecnologias limpas; utilização de fontes renováveis de energia e investimentos em Educação Ambiental. O professor acentuou que, em um levantamento feito por seus alunos, foi observado que em Águas Claras existe, atualmente, uma pegada ecológica de 4 ha/pessoa/ano – a pegada ecológica admissível é de 1,8 ha/pessoa/ano. “Isso é um absurdo, pois trata-se de uma área pequena, com pouco mais de 800 hectares abrigando mais de 40 mil pessoas. São 240 prédios construídos, 120 em construção e uma projeção para atingir a marca dos 700 edifícios. De onde vem a água? Para onde vão os esgotos? Em termos

de vulnerabilidade, nossa situação no Distrito Federal é altamente preocupante”, afirmou Dias.

Ainda assim, Dias vê com otimismo o futuro, pois, se por um lado, está posto um grande desafio, por outro, é certo que a humanidade possui tecnologia, criatividade e pessoas especiais, colocadas no lugar certo, pesquisando, difundindo conhecimentos, provocando novas políticas. Para encerrar sua participação, o expositor observou: “Em nenhum outro momento da escalada humana na Terra nós tivemos tanta informação, tanta crítica, tamanha participação da mídia. Nossa geração não tem que se sentir culpada, já que a maior parte do efeito estufa atual é ocasionado por gases liberados no

início da Revolução Industrial”. Por isso, o professor acredita que “está na hora de revermos nossos valores, de repensarmos por que deixamos de lado a cooperação pela competição e por que valorizamos tanto o dinheiro. É um momento de reflexão e de mudança de valores”.

Planejamento e gestão

Flávio Giovanetti de Albuquerque, por sua vez, ponderou que, diante de todos os problemas relacionados no último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC) – leia mais sobre o assunto na página 11 –, a melhor maneira para enfrentá-los é planejar e gerir com eficiência. Segundo o professor, é preciso ter uma metodologia para se avaliar as grandes obras de risco que estão sendo feitas no Brasil, como é o caso das hidrelétricas e das barragens.

Albuquerque enumera três ações diferentes para o enfrentamento dos problemas ambientais. Primeiro, é preciso capacidade institucional para gerir problemas relativos à seca, às enchentes, sem que isso seja pensado apenas no decorrer das crises e dos desastres. Segundo, ao se atingir o limite de redução da vulnerabilidade, deve-se tomar atitudes para melhorar a situação das pessoas que enfrentam problemas com o clima, caso das populações que sofrem com as secas, por exemplo. E em terceiro e último, gerir medidas pós-desastre, ou seja, avaliar o que falhou na estratégia de redução de vulnerabilidades.

É preciso criar diferentes técnicas e ferramentas para que se possam abordar situações distintas, ponderou Albuquerque. “Além do mais”, avalia, “é preciso preparar gestores públicos competentes para cuidarem das questões ambientais. A questão agora não é

FÁBULA VASCONCELOS



Comércio de madeiras

mais discutir se vai ou não haver mudanças climáticas, pois elas já estão ocorrendo e, sim, saber gerenciá-las”, concluiu.

Cooperação internacional

Já Celso Salatino Schenkel, coordenador de Ciências e Meio-Ambiente da Unesco no Brasil, defende uma política de cooperação internacional mais eficiente. “É preciso repensar o conceito de desenvolvimento susten-

tável, ou das sociedades sustentáveis, termo mais apropriado. Muitos estudiosos da área de educação ambiental acreditam que o capital apropriou-se de uma forma tendenciosa desse conceito fazendo uso exclusivamente em benefício próprio”, alerta.

De acordo com a avaliação do pesquisador, grandes empresas, principalmente as multinacionais, não são, de fato, ecologistas ou ambientalistas. Elas, simplesmente, tentam enquadrar atividades produtivas nos parâmetros



de sustentabilidade sócio-ambiental para não sofrerem barreiras tarifáveis. “Isso é *bussines*, ou seja, é um bom negócio investir em meio ambiente, já que abre mercado e traz respeitabilidade”. Na avaliação de Schenkel, ainda há um longo caminho a ser percorrido, alguns de curto e outros de médio e longo prazo, mas o certo é que todos passam pela questão relativa ao desenvolvimento sustentável.

O coordenador da Unesco cita o exemplo de Cubatão – cidade pertencente ao estado de São Paulo e que era considerada um inferno de Dante, metáfora que abarcava os problemas terríveis ocasionados à população, devi-

do aos altos índices de poluição, entre os quais o nascimento de crianças acéfalas, contaminação da água e do solo, dentre outros – como um exemplo das questões prementes que envolvem o meio ambiente. Houve um grande investimento para se controlar o problema, de certa forma, de maquiá-lo, entretanto, as causas ainda persistem. Segundo ele, “Nós mitigamos os efeitos oriundos de uma atividade industrial extremamente danosa, sem qualquer cuidado sócio ambiental”.

As normas internacionais existentes ainda não teriam atacado as causas estruturais dos tensores que provocaram as mudanças climáticas, avalia.

Por isso, conflitos ambientais têm que ser arbitrados em fóruns adequados. O coordenador da ONU explica que “muitas vezes, são conflitos locais que devem ser arbitrados por conselhos comunitários. Já outros, são de âmbito internacional e, para esses, têm que ser criados fóruns específicos. O conflito da água, já citado aqui anteriormente, tem que ser avaliado de uma forma ampla, pois não pode haver perdedores nem vencedores, ao contrário, é preciso que todos saiam ganhando”, argumenta.

Na avaliação de Schenkel, a cooperação internacional também trará benefícios para a nossa educação e

Comércio de madeiras

ANDERSON BRASIL





cultura. Segundo ele, “educar para a construção de sociedades sustentáveis significa não apenas mudar comportamentos, mas tomar atitudes capazes de fazer com que esses comportamentos consolidem-se como premissas, como princípios para uma nova ordem, para uma nova ética que promova a distribuição equitativa dos ativos ambientais”, propõe.

Atualmente, a humanidade tem um comportamento predador, pois ela saca matérias-primas da natureza, produz mal, gera resíduos e é incapaz de dar fim a eles. Diante disso, o papel da cooperação internacional é transformar os riscos em oportunida-

des de evolução da nossa sociedade, para que possamos atingir um patamar de sustentabilidade desejável, o qual é sempre declarado nos tratados internacionais, mas muito pouco praticado, avalia.

Ao analisar o programa de produção de biodiesel brasileiro, constata-se, afirma Schenkel, que há quase oito milhões de hectares de cana plantados, cuja metade produz álcool. A projeção é que, no ano de 2010, serão 30 milhões de hectares e, sem dúvidas, existe terra disponível para isso. “Não precisamos desmatar nem mais um hectare da Amazônia nem do Cerrado, já que existe um passi-

vo de terras degradadas que pode ser aproveitado”. Ademais, o coordenador da ONU propõe que 20 por cento da área destinada ao biodiesel seja transformada em área de proteção permanente. “Dessa forma”, propõe, “o risco de que o etanol possa destruir o que resta dos nossos grandes biomas pode transformar-se em uma oportunidade. Mas é necessário que a sociedade pressione. Se estamos promovendo a distribuição de um combustível menos danoso – ainda que também tenha impactos – é preciso haver compensações, não apenas comerciais, mas principalmente éticas e ambientais.